

APACEF/RJ DEFLAGRA DIA NACIONAL DE LUTA POR RECUPERAÇÃO SALARIAL

A paciência de aposentados e pensionistas da Caixa parece ter chegado ao fim. O Auditório da Caixa, na Av. Almirante Barroso, no Centro do Rio, ficou lotado de economiários no Dia Nacional de Luta, em 26 de janeiro. Mais de 400 pessoas demonstraram revolta e indignação com a falta de reajuste que os persegue há nove anos e acumulam perdas expressivas de 92,7%, durante o debate organizado pela APACEF/RJ, que reuniu dirigentes da Caixa e da Funcef e lideranças de entidades representativas dos economiários que proferiram palestra sobre a recuperação das perdas salariais.

(Leia detalhes nas páginas 4 e 5)



Regina Maria da Costa, presidente da AEA/GO representando a Fenacef; Francisca de Assis, presidente do Sindicato dos Bancários do Piauí e membro do Conselho Deliberativo da Funcef; Nilton Carneiro, da Anapar; Demósthene Marques, diretor de Finanças da Funcef; Olívio Gomes Vieira, presidente da APACEF/RJ; Paulo Sérgio, representando o presidente da Caixa; Yona Monteiro, presidente da Unei; e Afonso Henrique Costa, presidente da Asas



Aposentados e pensionistas lotam auditório no evento

Lideranças vão ao Palácio do Planalto discutir saga de aposentados do ex-Sasse/PMPP



Silvino Belo, da Unei; Severino Francisco Caldas, vice-presidente da APACEF/RJ; Vera Lúcia de Moraes, diretora da Unei; Delcimar Pires, assessor da Presidência da República; Carlos Caser, presidente interino da Funcef; e Décio de Carvalho, presidente da Fenacef

A busca de solução para os aposentados pertencentes ao Grupo do PMPP levou lideranças de entidades que defendem os interesses de economiários da Caixa às audiências no Ministério da Previdência Social e no Palácio do Planalto, nos dias 26 e 27 de janeiro, respectivamente. Estiveram presentes ao encontro, o presidente da Fenacef, Décio de Carvalho; o diretor de Benefícios da Funcef, Sérgio Francisco; o vice-presidente da APACEF/RJ, Severino Francisco Caldas; a diretora da Unei, Vera Lúcia de Moraes; Silvino Rodrigues Belo, da Unei; e Carlos Caser, presidente em exercício da Funcef.

A comitiva reuniu-se com o consultor Jurídico do Ministério da Previdência Social, Idervânio da Silva Costa, que fora orientado pelo Gabinete Civil da Presidência da República para dar agilidade ao documento entregue pelo grupo, que, só foi possível, no dia 27, depois da inclusão de dados para embasamento do parecer.

Durante audiência com o Assessor Especial do Gabinete Pessoal do Presidente da República, Delcimar Pires Martins, as lideranças ouviram do assessor que o governo poderá adotar medidas que contemplem os assistidos economiários do Ex-Sasse/PMPP.

O presidente da APACEF/RJ, Olívio Gomes Vieira, representa Silvio Lins Nóbrega, que foi homenageado no Dia do Aposentado
Página 2

Os efeitos do recadastramento para os assistidos da Funcef
Página 3

APACEF/RJ luta contra irregularidades no tíquete alimentação
Página 6

Eleição na APACEF/RJ - Dia 20 de Março. Compareça!

Aposentado pode ganhar benefício turbinado

O Dia do Aposentado, em 24 de janeiro, foi marcado por protestos e uma surpresa — o governo federal admitiu que está fazendo estudos para estender o aumento de 16,44% para os benefícios acima do salário mínimo, que será reajustado em abril de R\$ 300 para R\$ 350.

A pedido de sindicalistas, o ministro da Previdência Social, Nelson Machado, prometeu estudar a proposta e chamar os representantes dos beneficiários do INSS para reuniões.

Funcef rende homenagem ao Dia do Aposentado

A Funcef rendeu homenagem singela aos cerca de 600 mil assistidos dos fundos de pensão, no Dia do Aposentado, no Hotel Pestana, em 24 de janeiro., no Rio de Janeiro. A solenidade foi promovida pelo Instituto Cultural de Seguridade Social (ICSS) em parceria com a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) e com o Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Sindapp).

Durante cerimônia, a Funcef homenageou o aposentado Silvio Lins Nóbrega, ex-presidente da Fundação, de 1991 a 1993, que recebeu um diploma pelos serviços prestados ao setor de previdência complementar. Por motivo de força maior, o homenageado não pôde comparecer à solenidade e o presidente da APACEF/RJ, Olívio Gomes Vieira, recebeu a honraria. Cerca de 60 fundos de pensão, além da Funcef, participaram da solenidade e entregaram diplomas aos seus respectivos homenageados.

Mensagem ao aposentado

A você aposentado da CEF,
Congratulamos pelo significado desta data de lutas espartanas
e muitas conquistas.

Escrevemos em nossa trajetória, páginas marcantes de denodo, sacrifício,
dedicação, nem sempre compreendidas ou valorizadas.

Mas, tenha certeza, sempre representarão troféus, vitórias incontestáveis
com muito suor e lágrimas, que só nós sabemos o seu valor.

Em memória de tudo isto, é que devemos nos orgulhar e considerarmo-nos
vitoriosos.

Uma saudação à nossa vitória! Vencemos!

Olívio Gomes Vieira - presidente da APACEF/RJ

Fundo para infra-estrutura já conta com R\$ 600 milhões

Os investimentos em infra-estrutura vão ganhar uma nova fonte de financiamento, com estrutura inédita, a partir de fevereiro. Com capital já assegurado de pelo menos R\$ 600 milhões, mas podendo chegar a R\$ 1,5 bilhão, o fundo de participações Infra-Brasil está a um passo de finalmente sair do papel. Negociado exaustivamente entre fundos de pensão e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), desde novembro de 2004, ele preencherá uma importante lacuna nos grandes projetos de infra-estrutura: a ausência de alternativas viáveis de financiamento privado, complementares aos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para essas obras.

Em uma das últimas etapas para tornar viável a sua implantação, o conselho deliberativo da Funcef, fundo de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal, vota hoje o aporte de R\$ 225 milhões da instituição no Infra-Brasil. No dia 26 de janeiro, a diretoria da Previ, dos funcionários do Banco do Brasil, analisou o assunto. A Petros (da Petrobras) já autorizou o aporte de mais R\$ 225 milhões.

Vinte por cento do total de recursos disponíveis no novo fundo irá diretamente para investimentos, com o Infra-Brasil entrando no capital acionário das sociedades de propósito específico criadas para tocar projetos de rodovias, ferrovias, portos e usinas hidrelétricas. Outros 80% serão colocados à disposição das empresas controladoras dos projetos, na forma de debêntures conversíveis em ações, com 15 anos de prazo para pagamento, suprimindo o vazio do mercado para financiar com dinheiro privado obras de infra-estrutura.

Entre os projetos nos quais o fundo está interessado em entrar como acionista, o diretor-presidente da Funcef, Guilherme Lacerda, identifica várias oportunidades: o leilão de oito lotes de rodovias federais (incluindo a Fernão Dias e a Régis Bittencourt), em abril; o complexo hidrelétrico do Rio Madeira, que deverá gerar mais de 6 mil megawatts (equivalente a meia usina de Itaipu), em maio; a linha 4 do metrô de São Paulo (em licitação); novos terminais portuários em Santos e Itajaí (SC); e projetos de gasodutos da Petrobras, até 2010.

Além da Funcef, que liderou a criação do Infra-Brasil, e da Petros, também a Banesprev (do Banespa) acertou a sua participação no fundo, com R\$ 25 milhões. A Valia (da Vale do Rio Doce) estuda fazer um aporte de até R\$ 80 milhões. A Previ não definiu valores. “Precisamos dar a partida e já temos R\$ 600 milhões assegurados, mas talvez possamos lançar o Infra-Brasil com R\$ 900 milhões”, comenta Lacerda. “Vamos buscar ainda a participação de fundos de pensão holandeses e americanos.”

A gestão ficará a cargo do BN-Amro. O banco decidiu colocar R\$ 30 milhões no fundo. A expectativa é que os cotistas tenham rentabilidade de 13,5% ao ano, mais IGP-M. “Será uma linha complementar de financiamento, principalmente para aqueles que tenham dificuldades em relação às garantias apresentadas”, acrescenta o diretor da Funcef.

Para dar credenciais internacionais ao fundo, segurança aos futuros sócios nos empreendimentos de infra-estrutura e em um gesto de confiança no Brasil, segundo Lacerda, foi negociado com o BID a entrada do organismo financeiro no Infra-Brasil.

Por questões legais, o BID não entrará como cotista e acabou acertando a sua participação por meio de um empréstimo.

EXPEDIENTE

Jornal da Associação de Aposentados e Pensionistas da CEF, no Rio de Janeiro (APACEF/RJ) – Av. Almirante Barroso, 06 – Gr. 403/411 – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20031-000
Tel./Fax: (21) 2262-5177 / 2220-8137 – e-mail: apacef.presidencia@veloxmail.com.br. A APACEF/RJ é filiada à Fenae (Federação Nacional das Associações Econômiárias) e à Fenacef (Federação Nacional dos Aposentados da CEF) **Diretoria da APACEF/RJ** – Diretor Presidente: Olívio Gomes Vieira, 1º. Vice-Presidente: Walter da Silveira Guedes, 2º. Vice-Presidente: Severino Francisco Caldas, Diretor Administrativo: Jorge Pereira Borges, 2º. Vice-Diretor Administrativo: Lécio Heitor R.P. Leite, Diretor Financeiro: Algemar José Ferreira, 1º. Vice-Diretor Financeiro: Rubem de Assis, Diretor de Assistência: Onelso Bruno, 1º. Vice-Diretor Assistencial: Ubirajara Manhães, Diretor Social Cultura: Maria das Dores Augusta dos Santos, 1º. Vice-Diretor Social Cultural: Elineide Alcântara Coragem, **Assessores Especiais da Presidência**: José Fernando Pessoa de Almeida, Aurora da Silva Novaes, Yolanda Lauria Orlando, **Conselho Deliberativo** – Presidente: José Maria de Carvalho Junior, Vice-Presidente: Maria Luiza Rosso Tenório Wanderley, Secretária: Dayse Reis Coelho Branco, **Efetivos**: Haroldo Mulyaert Filho, Hélcio José D. França, Albino de Amorim Leite, Sylvio Cordeiro Hildebrant, Marly Ferreira de Mattos, Clélia Guimarães Martins, Rogério Ferreira Gomes, Mario Teixeira de Carvalho, Laécio Vieira Jacques, César Lima dos Santos, Walter da Silva, Waldemar Ricardo de Oliveira, José Maria R. de Oliveira, **Suplentes**: Rosalina Gomes S. Fontes, Francisco dos Santos, Afonso José de Paula, José Nelson Simões, Maurício Baptista, **Conselho Fiscal**: Presidente: Adyr Machado da Silva, Secretário: Paulo Roberto de Araújo, José Carlos de O. Mandado, Aluizio Hall Pires, Judith Froes Martins.

O ECONOMIÁRIO Editor-Responsável: Airton Rodrigues (Mtb 13.185 RJ) – Projeto gráfico e Diagramação: Luiz Roberto Martins – Tiragem 15.000 exemplares.

A via crúcis dos aposentados no Brasil

Os aposentados sofreram um grande arrocho a partir de medidas econômicas e ajustes nestes últimos cinco anos. Não são concedidos reajustes necessários às pensões de aposentadoria, de forma que se possa acompanhar o alto custo de vida e despesas com alimentação e saúde. Apesar da aprovação do Estatuto do Idoso, em 2003, os aposentados, assim como os idosos, continuam sendo desrespeitados, “in continuum”, neste país, seja na saúde, na assistência social, nos transportes, na educação, inclusive, e nos recursos para sua sobrevivência financeira.

Urge que se faça a implantação de um novo modelo de assistência ao aposentado e ao idoso para que seja tratado como verdadeiro cidadão. A constituição de parcerias com outras associações e instituições congêneres, os movimentos e manifestações reivindicatórias representam uma experiência inédita no Brasil e foram, cuidadosamente, considerados neste processo de reflexão e planejamento estratégico da APACEF/RJ.

Um marco importante neste sentido aconteceu durante encontro ao Ministério da Previdência e Palácio do Planalto, em 26 janeiro 2005, quando foi lançada a campanha de mobilização em defesa do PMPP e concluída em outubro de 2005 com sucesso.

Outro acontecimento importante foi eleição do presidente da APACEF/RJ, Olívio Gomes Vieira, no pleito da Fenae para membro do Conselho Fiscal, que foi considerada uma vitória para os aposentados da Caixa.

Para os próximos anos, a evolução de benefícios para os aposentados implica em uma conscientização cada vez mais acirrada dos nossos problemas e das proposições para solucioná-los, tanto da parte dos colegas inativos quanto dos que estão na ativa, pois muitas medidas tomadas hoje afetarão profundamente as suas aposentadorias futuras.

Considerando a situação atual, a rigor, algumas tendências macroeconômicas e específicas para as áreas de Previdência, da implantação das PPP's, da situação da Funcef, das negociações em andamento com a Caixa, foram traçados três Cenários para o triênio 2006/2009, alinhados com os do Plano Estratégico da Fundação, visando definir premissas e balizar a formulação estratégica da APACEF/RJ.

O cenário macroeconômico é o assunto mais impactante e servirá como principal referência para a APACEF/RJ no seu Planejamento Estratégico, ressaltando que os demais cenários não foram esquecidos e que um monitoramento sistemático da evolução das va-

riáveis ambientais externas estará sendo feito para analisar os principais impactos nas definições estratégicas.

Situação de outras associações

A existência de 22 associações nos Estados, federadas à Fenacef, fortalece parcerias e manutenção de diálogos, cujos principais resultados para a categoria pelas inúmeras lutas que se traduziram em grandes vitórias. A intensificação dessa rede de relacionamentos é parte de uma estratégia que visa maior nível de eficiência e visibilidade para os aposentados.

As “regras do jogo” foram significativamente modificadas a partir de 2004, com mais participação nas mesas de negociação com a CEF e a Funcef. Pelo menos uma incerteza é central: como evoluirá a implantação das PPP's? Como poderemos influenciar nas negociações e decisões do Alvará de Benefícios da Funcef? E no Comitê de Investimentos da nossa Entidade?

Exigências crescentes

Há extensos impactos negativos locais, regionais e globais, na situação dos aposentados no país. Estes deverão ser atenuados, no futuro, por meio do uso de toda nossa inteligência e capacidade de mobilização. E, para isso, os líderes deverão estar cada vez

mais preparados e não deixar espaços para os aventureiros.

As pressões deverão ser cada vez mais crescentes e o diálogo permanente é a saída, maneira de viabilizar conquistas e tornar cada aposentado num verdadeiro cidadão. Quanto à saúde, a segurança física e financeira, a evolução dos padrões de gestão, incluindo a mensuração, exigirá uma intensa presença e cobrança dos legisladores acerca dos temas relacionados, com uma efetiva mobilização pelas associações e a uma permanente fiscalização que configuram as perspectivas de evolução sustentável do segmento de aposentados.

Trabalhar para que o Governo Federal, ao invés de abrir os cofres dos Bancos e Financeiras para mais enriquecer a estes e mais empobrecer os aposentados e pensionistas por meio do famigerado empréstimo consignável, procure meios de aumentar o seu poder aquisitivo e não de expô-los a ganância dos juros, taxas e tarifas que corroem os já miseráveis proventos desta categoria. Não tem a menor justificativa para esta espoliação, principalmente, quando se trata de economiários que já gozam deste plano de benefícios junto à Funcef e a própria Caixa, sendo que os associados da APACEF/RJ contam ainda com idêntica operação junto à Cooperforte.

Os efeitos do recadastramento do INSS para os assistidos da Funcef

Todos tomamos conhecimento das medidas que vêm sendo adotadas pelo Ministério da Previdência Social, por meio do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – em busca da atualização dos dados cadastrais de aposentados e pensionistas, recadastramento esse que tem gerado muitos questionamentos por parte dos assistidos vinculados à Funcef. Diante disso, cumpre-nos informar que nessa primeira etapa realizada pelo INSS, que já alcançou 2,5 milhões de aposentados e pensionistas, as pessoas que recebem seus benefícios por meio da Funcef (rubrica “Proventos INSS” no demonstrativo de pagamento) não estão sendo recadastradas. *As pessoas que optaram por desligar-se do Convênio Caixa/Funcef/INSS, deixando assim de receber a parcela “Proventos INSS” em seu demonstrativo de pagamento mensal, estão sujeitas ao recadastramento e deverão estar atentas as eventuais convocações do INSS, ressaltando que a Fundação não poderá representá-las ou intermediar qualquer contato nesses casos, já que o benefício não mais está abrangido pelo convênio supramencionado.*

Para o grupo de pessoas vinculadas à Funcef e que as pessoas que recebem a parcela do benefício INSS por meio do nosso demonstrativo de pagamento, assim como para outras empresas mantenedoras de convênio com aquela Autarquia, ainda não foram definidos procedimentos para o recadastramento junto ao INSS. A Fundação está acompanhando esse processo de recadastramento no INSS e buscará estabelecer parceria para tornar mais célere e efetivo o recadastramento de todos os seus assistidos, caso necessário.

Por fim, cumpre lembrar que já está sendo estudada na Fundação a melhor forma de promover o recadastramento dos seus assistidos (aposentados e pensionistas), independentemente deste processo iniciado pelo INSS, uma vez que o último processo de recadastramento conduzido pela Fundação data de 1996.

Gilson Costa de Santana - gerente. (Trabalho encaminhado pelas Diretorias de Benefícios e Administração – Diben Gerência de Benefícios Previdenciários – Gepre)

APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA CAIXA EXIGEM RECUPERAÇÃO SALARIAL DE 92,7%, JÁ!



Olívio repudiou o descaso das autoridades com os aposentados e pensionistas da Caixa

A paciência de aposentados e pensionistas da Caixa parece ter chegado ao fim. O Auditório da Caixa Econômica, na Av. Almirante Barroso, no Centro do Rio, em 26 de janeiro, ficou lotado por economiários que demonstraram revolta e indignação com a falta de reajuste que os persegue há nove anos durante debate organizado pela APECEF/RJ, que reuniu cerca de 400 pessoas. Dirigentes da Caixa e da Funcef proferiram palestra sobre a recuperação das perdas salariais e tiraram dúvidas do público sobre a migração para o Novo Plano, que interagiram com palestrantes e reivindicaram mais uma vez solução favorável para o grupo do Plano de Melhorias de Proventos e Pensões (PMPP) o novo Plano de Benefícios, Saúde Caixa, entre outros assuntos que estão na ordem do dia dos economiários.



O presidente da Asas/BNH apoia a luta para recuperação de salários

Estiveram presentes Paulo Sérgio Ferreira, consultor da vice-presidência de Logística e Gestão de Pessoas da Caixa e representante do presidente do banco, Jorge Matoso, Demóstenes Marques, diretor de Finanças da Funcef, Nilton Carneiro, secretário-geral da Petros e representante do presidente da Anapar, José Sasseron, Francisca de Assis, representante do Conselho Deliberativo da Funcef, Yona Monteiro, presidente da Unei, Regina Coeli A Teixeira, representante da Fenacef, entre outros.

O presidente da APACEF/RJ, Olívio Gomes Vieira, fez a abertura do evento convidando para compor a mesa as autoridades. Ele destacou a relevância do evento: “Nós, aposentados e pensionistas, repudiamos com veemência o descaso das autoridades com os aposentados e pensionistas que estão em luta permanente e perseguindo a recuperação salarial por longos nove anos. Os 92,7% que reivindicamos é o índice real que foi apresentado na Campanha Salarial do ano passado, para fazer frente ao custo de vida que não pára de subir. Não há disparate nenhum em nossa proposta, porque os preços de remédio, conta de luz, cesta básica, condomínio estão subindo a cada momento. Portanto, não podemos aceitar reajustes medí-

ocres de R\$ 100,00 e temos que rever formas de lutas, porque as perdas salariais estão se acentuando. A situação difícil por que passa o país, em um ano eleitoral, não teríamos um momento tão importante para cobrar da Caixa e da Funcef uma solução para nossos problemas”, enfatizou. Ele agradeceu a presença de todos que prestigiaram o evento e lembrou aqueles que, por motivos de força maior, que estavam em missão do PMPP, em Brasília, no Ministério do Previdência Social, dia 26 de janeiro, e no Palácio do Planalto, dia 27, e não puderam comparecer ao encontro — Décio de Carvalho, presidente da Fenacef; Vera Lúcia de Moraes, diretora da Unei; Silvino Rodrigues Belo, da Unei; Severino Francisco Caldas, vice-presidente da APACEF/RJ; Sérgio Francisco, diretor de Benefício da Funcef; e Carlos Caser, presidente em exercício da Funcef. O presidente da Fenae, Carlos Alonso; e o diretor-presidente da Fenae, estavam participando de um congresso, em Curitiba.

Os integrantes da mesa foram unânimes em elogiar a iniciativa do presidente da APACEF/RJ que não mediu esforços para trazer dirigentes da Caixa, da Funcef e de várias entidades com o objetivo de encontrar soluções para os graves problemas que afligem os aposentados, pensionistas e ativos da Caixa.

O Novo Plano de Benefícios tomou conta dos debates que se estenderam por toda a tarde. O representante da Agea, Jesus de Moura Es-

tery, falou sobre modelo socioeconômico perverso e avesso ao social. Ele criticou os juros escorchantes praticados pelo governo e questionou a paridade mantida pela Funcef e o esquecimento dos aposentados pelos governantes. Jesus apresentou índices malfeitos que prejudicam o social.



Jesus Estery conclamou os aposentados para protestar no prédio da Funcef, em Brasília

Segundo Jesus de Moura Estery, da Agea, salientou “brigar não só pela isonomia dos benefícios com os ativos, mas devemos lutar pela paridade do salário mínimo. “No ano passado o reajuste do salário mínimo foi de 15,38% e nós tivemos irrisórios 6%. Estamos sofrendo um processo de empobrecimento; só não reconhece quem está encastelado em Brasília, nos gabinetes da Caixa e da Funcef”. Diante da situação que se encontram os aposentados — prosseguiu — iremos a Brasília para protestar contra essa injustiça e acamparemos no prédio da Funcef.

Em estudo apresentado ao ex-presidente da Fenae, José Gabrielense, comparou os aumentos de aposenta-



Atentos às palestras os assistidos da Funcef protestaram contra a falta de reajuste salarial

“POR QUE A POLÍTICA SALARIAL DA CAIXA SÓ PRIVILEGIA EXECUTIVOS?”



Francisca de Assis denunciou os oito anos sem reajustes durante o governo de FHC

dos das Forças Armadas, do Parlamento e da Justiça, que não contribuíram como nós contribuimos quando estávamos em atividade. “Eles quando se aposentam têm os mesmos percentuais que os ativos”, afirmou, acrescentando que um mar de cabeças brancas que deram o melhor de suas vidas para a Caixa, procurando diminuir as desigualdades sociais deste país. “Deveríamos ser mais respeitados e com mais dignidade, estamos aqui nos reunindo para garantir um direito que é nosso e agora estão nos retirando. Agora, mais do que nunca, temos que nos engajar num movimento em nível nacional de mudança e posicionamento. Vamos buscar assessoramento técnico com advogados, contadores e atuários para mostrarmos que somos organizados”.



Gabrielense apresentou discrepâncias salariais

José Gabrielense apresentou um trabalho (*Inveja*) que, segundo ele, refere-se “aos salários dos colegas do Banco do Brasil e do Banco Central em relação aos salários de cá (Caixa)”. Ele reclamou do tratamento diferenciado entre as três instituições: “Em 1997, um superintendente da Caixa ganhava bruto R\$ 4.946,00. Um funcionário do Banco do Brasil, chefe de sessão, ganhava mais que um su-

perintendente da Caixa — mais de R\$ 5.000,00. E do Banco Central (mais de R\$ 5.000,00). Quando apresento esses números (mostrando contracheques), porque é o meu contracheque e os colegas do BB e do BC me autorizam a divulgá-los, embora tenha tirado os seus nomes, apenas por escrúpulo”. Ele fez a mesma comparação em 2005 utilizando os mesmos contracheques e constatou que a diferença havia aumentado. “A situação é alarmante: o aposentado da Caixa ganha R\$ 6.900,00 e os aposentados do BB e do BC, respectivamente, R\$ 12.000,00 e R\$ 12.000,00, registrando uma diferença gritante de 92,74%”. Segundo ele, a discrepância da diferença salarial está na competência dos colegas do Banco do Brasil e do Banco Central na mesa de negociação com os patrões.

Gabrielense mostrou ainda um estudo comparativo entre os aumentos percentuais verificados para o salário mínimo e o salário da Caixa, de 1994 a 2004: Enquanto o salário mínimo cresceu 300,18% e o vencimento da CEF 82%, registrando uma diferença expressiva de 219,97%, em igual período. A cesta básica teve um aumento abissal, aumentando 1.949,48%, com uma perda de poder aquisitivo vertiginosa. No setor de medicamentos, os aumentos são mais acentuados: alavancaram drasticamente em igual período: 331% com uma defasagem de 2.920,10%.

Há vários anos aposentados e pensionistas da Funcef sofrem com os salários congelados. “Enquanto os aposentados da Previ sorriem, nós parecemos que estamos morrendo de fome”, ironizou Gabrielense.

Por sua vez, o aposentado João Batista Marques Reis, de Minas Gerais, lembrou o colega do Rio de Janeiro Arthur Ferreira (já falecido), companheiro insuperável nas conquistas marcantes, como a jornada de 6 horas. Ele denunciou “colegas de Brasília que se agarram em cargos e vendem a alma dos aposentados ao inferno”.



Nilton Salomão (1º plano), diretor da Emater, prestigiou o encontro

Paulo Sérgio Ferreira, consultor da vice-presidência de Logística e Gestão de Pessoas da Caixa, dissecou sobre o Plano de Melhorias de Proventos e Pensões (PMPP) que surgiu com “o objetivo de cobrir uma diferença sobre o benefício pago pelo INSS. Em relação ao REG, a Caixa repassava os valores para Funcef que, por sua vez, pagava o benefício ao aposentado. Em 1995, o Tribunal de Contas da União (TCU) questionou a Caixa sobre o pagamento de benefício previdenciário, porque a Lei 6.435/77, que regulamentava a previdência complementar diz que “qualquer empresa que atuasse em previdência complementar sem autorização específica estava sujeita a multa e a detenção”.

O Departamento Jurídico da Caixa apresentou um parecer afirmando que não poderia mais pagar a parcela relativa ao PMPP. Em 1996, com a formação de um Grupo de Trabalho, do qual Paulo Sérgio participou, decidiu que o pagamento daquela suplementação ficaria sob responsabilidade do INSS, que concedeu um reajuste. Quem fazia parte do ex-Sasse, a Caixa desembolsava o pagamento. Por sua vez a Secretaria de Previdência Complementar, alegando que as pessoas não tinham reservas constituídas já que o pagamento era feito através da Caixa, proibiu a Funcef de pagar o benefício. O INSS concordou novamente em pagar essa paridade. Em 1998, a situação voltou ao ritual anterior — “o INSS publicou uma ordem de serviço, declarando que não

assumiria mais a paridade. Com a falta de pagamentos, algumas associações entraram com uma ação na Justiça que impôs o retorno do benefício pago pelo INSS, que foi para os tribunais e conseguiu seu objetivo — não paga mais reajuste para ninguém. Desde 1996, os participantes do PMPP não têm reajuste”, disse Paulo Sérgio. Depois de uma trajetória conturbada do PMPP, de quedas-debraço seguidas na Justiça, a Caixa anunciou que disponibilizou durante o pagamento da dívida com a Funcef R\$ 33 milhões destinados ao reembolso da diferença. Segundo Paulo Sérgio Ferreira, o pagamento deverá ser efetuado dia 20 de março. Vamos começar a contagem regressiva?



Paulo Sérgio adiantou que os proventos do PMPP serão pagos em março

Em relação ao tíquete alimentação Paulo Sérgio Ferreira anunciou que a Caixa contratou uma empresa especializada que fez um estudo, daqui a 20 dias, estará concluído e vai contemplar os aposentados pós-95.

A representante do Conselho Deliberativo da Funcef, Francisca de Assis, salientou a importância dos conselheiros eleitos nos fundos de pen-

(Continuação da página 5)

Funcef cria fundo de reserva para custear Novo Plano

são que defendem os interesses dos assistidos e o patrimônio das fundações. Ela denunciou os investimentos irregulares feitos no governo Fernando Henrique que deram muitos prejuízos à Funcef, entre 1996 e 1999, num total de 32 investimentos que deram grandes prejuízos à Fundação. “Por que ninguém resgata essas irregularidades na CPMI? É muito mais fácil desmoralizar os fundos de pensão hoje que têm conselhos eleitos pelos trabalhadores, conselheiros fiscais eleitos pelos empregados e alguns diretores na Funcef indicados pelos trabalhadores”, afirmou Francisca acrescentando “que este ano é muito importante para os fundos de Pensão porque terão eleições”.

Ela criticou a Comissão de Empresa que, na mesa negociação com os patrões, não tem moral suficiente para dizer: ‘Se vocês não incluírem os aposentados, nós não assinamos o acordo’”. Ela afirmou que durante o governo Fernando Henrique “foram oito anos sem reajuste. Mas não temos um mecanismo sequer para negociar com a atual administração da Caixa e ela não nos paga. Temos que entrar com ação e cobrar judicialmente”.

Francisca também criticou a política salarial discriminatória que privilegia os executivos que recebem salários astronômicos criando adicionais em detrimento dos demais funcionários: “Eles ganham ótimos salários e não repassam nada para a Funcef”, denunciou.

Segundo a Francisca de Assis, a Caixa não atualizou o passivo que mantinha com a Fundação e quando negociou a dívida, era de R\$ 4,2 bilhões, e contrariando o voto dos conselheiros eleitos, a Caixa utilizou o voto de Minerva e aprovou o pagamento de R\$ 2,7 bilhões. Ela destacou que hoje tramitam nos tribunais mais de 7 mil ações reclamando direitos contra a Caixa.

Por sua vez, o diretor de Finanças da Funcef, Demóstenes Marques, fez questão de se antecipar às discussões em torno da recuperação salarial para esclarecer os ataques na CPMI que a Fundação está sendo alvo nas investigações de malversação do dinheiro dos fundos de pensão. Ele argumentou que a mídia não está dando



Demóstenes Marques afirma que a Funcef tem receita para criar fundo de reserva

o mesmo espaço à Funcef para responder as acusações. “Apesar disso, estamos usando a revista e o site da Funcef e não deixamos nenhuma pergunta sem resposta”. Segundo ele, o sigilo bancário foi aberto e os números estão sendo escrutinados e nada foi absolutamente encontrado que desabonasse a atual gestão na Funcef. Estamos à disposição para esclarecer quaisquer acusações feitas na CPMI, porque sou o diretor de Finanças da Funcef e responsável pela gestão de recursos da Fundação”.

De acordo com Demóstenes Marques, o novo plano, aprovado em 22 de dezembro, pela diretoria da Funcef e pelo Conselho Deliberativo da Fundação, prevê “a possibilidade de não ficarmos mais tão distantes em termos de benefícios dos colegas do Banco do Brasil, que, daqui para frente, não tenhamos mais um plano de benefícios em desvantagem em relação a planos de benefícios de colegas que se possam equiparar as nossas atividades e aos valores com os quais contribuimos durante nossa aposentadoria”. Ele reafirmou que o Novo Plano de Benefícios — “que está em discussão avançada” — foi aprovado pelo Grupo de Trabalho, Diretoria da Caixa, Conselho Deliberativo da Caixa, e permanece na Secretaria de Previdência Complementar, onde aguardamos uma resposta rápida”. Demóstenes acrescentou ainda que o diretor de Benefícios da Funcef, Sérgio Francisco, está acompanhando o desenrolar do processo e cobrando uma resposta diuturnamente da SPC para que o plano seja implantado.

Ele reiterou que serão necessárias reservas garantidoras de recursos para desembolso sem que a Funcef

entre em desequilíbrio financeiro. “É preciso que a Fundação tenha uma perenidade, e precisamos, todos, fiscalizar e trabalhar para que a Funcef, daqui a muitas décadas, esteja em equilíbrio para pagar aposentadorias aos novos colegas que estão entrando na Caixa e que um dia irão se aposentar.

Demóstenes Marques apresentou os resultados financeiros nas gestões de Jorge Matoso, na Caixa, e de Guilherme Lacerda, na Funcef, mas com demonstrativos financeiros anteriores, que vão de 1998 a 2005. “Nos últimos três anos, a rentabilidade da Fundação esteve acima da meta atuarial, em 5%, em 2003, em 10% em 2004, e em 2005, com 7,4%, faltando computar o balancete de dezembro”. Com esta rentabilidade foi criado um fundo para a criação do Novo Plano”, afirmou.

“É importante frisar que o patrimônio total abrange os dois planos — REG/Replan e o REB — que representam, respectivamente, cifras de R\$ 20,1 bilhões e R\$ 727 milhões”, explicou Demóstenes Marques. Segundo o diretor de Finanças, essa divisão de patrimônio dos planos é importante porque para a implantação do Novo Plano e saldamento do passivo do REG/Replan serão necessários R\$ 20 bilhões, patrimônio disponível para a implantação deste plano.

Para a implantação do Novo Plano foi necessária a mudança da tábua atuarial da Funcef, para que os benefícios sejam adequados de acordo com a longevidade dos participantes. A conta feita para a troca da Tábua de Longevidade (T49), que calcula a verba para pagamento dos benefícios, e a implantação do Novo Plano serão utilizados R\$ 19 bilhões e 500 milhões de acordo com os cálculos feitos pela área de Benefícios da Fundação. Esses recursos serão custeados pelo fundo criado com os últimos resultados de investimentos patrimoniais ao longo dos últimos três anos.

Cálculos para adesão

Para aderir as regras de saldamento do Novo Plano, Demóstenes Marques explicou que terá o valor de seus benefícios saldado calculado a partir

da data de finalização do período de adesão. Por exemplo, para quem é assistido, antes de setembro de 2001, data considerada referência pela Funcef, terá um reajuste de 9% no período. A partir daquela data, serão reajustados pelo INPC anual até 2006, ano da adesão. Vale lembrar que todos os aumentos concedidos pela Caixa no período serão descontados, levando-se em conta que o índice para efeito de cálculo é o INPC.

“AS DISCUSSÕES
ENVOLVENDO
NOVO PLANO
DE BENEFÍCIOS ESTÃO
AVANÇADÍSSIMAS
E EM BREVE
A SPC NOS DARÁ
BOAS NOTÍCIAS”

Para quem se aposentou depois de agosto de 2001, a regra é a mesma só que prevalecerá a data da aposentadoria. Para o assistido que formalizou opção pelo processo de migração para o REB, o benefício vai ser o valor recebido em janeiro de 2006 e adesão ao saldamento vai determinar a desvinculação entre os benefícios do INSS e da Funcef, isto é, quem estiver no Plano de Benefício Definido, o que prevalecerá é a paridade. Já o ativo terá o incentivo, no plano saldado, de 10.79%, porque os seus cálculos não são retroativos para setembro de 2001. “Não adianta a Funcef ter rentabilidade de R\$ 20 bilhões e 500 milhões se os seus participantes não puderem utilizar estes recursos no Novo Plano. Os 50% deste montante serão destinados para um fundo de reserva para garantir o pagamento dos participantes do Novo Plano e os 50% restantes para cobrir os reajustes dos benefícios acima do INPC”, garantiu o diretor de Finanças da Funcef, afirmando que as possibilidades de aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar do Novo Plano são muito grandes.

Tíquete alimentação enfrenta irregularidades



Apesar homologação do Tíquete de alimentação, em janeiro, que contempla aposentados e pensionistas, graças ao acordo selado em 1995, alguns processos enfrentam dificuldades — o prazo estipulado pela Justiça para pagamento não está sendo cumprido; o atraso na entrega do cartão alimentação, depois de pagas a 1ª e 2ª parcelas, continua demorando mais que o prazo de 20 dias, após pagamento da 1ª parcela ao reclamante; a relação dos beneficiados distribuída pela Rerhu é entregue sempre incompleta com falta de informações do Departamento Jurídico da empresa; a devolução do requerimento dos termos de acordo da Cai-

xa com os aposentados ainda está tramitando lentamente, embora tenha sido definido um prazo de entrega; entre outros problemas que a APACEF/RJ está acompanhando e exigindo rápida decisão da Caixa..

Outras irregularidades estão sendo denunciadas à APACEF/RJ que não mede esforços para adotar as medidas cabíveis junto ao Jurídico da Associação. Relatos feitos pelos nossos sócios, que movem ação na Justiça do Trabalho para reaver o tíquete de alimentação, estão denunciando que as propostas extrajudiciais para aceitarem só estão sendo aceitas com o cartão sem o pagamento dos atrasados.

Na segunda etapa desse desafio, vamos sentar à mesa de negociações, junto com a Fenacef, com dirigentes da Caixa com o objetivo de agilizar uma solução definitiva para os aposentados pós-96.

A APACEF/RJ espera alcançar o mesmo resultado, após o relatório final do atuário contratado pela CEF, já apresentado à Caixa visando o provisãoamento dos recursos necessários, para o pagamento e, conseqüentemente, entrega do cartão alimentação.

Mobilização dos empregados arranca proposta da Caixa para dívidas

A mobilização e a pressão dos empregados da Caixa por todo o país já podem contabilizar mais um resultado. Depois de assegurar que a empresa abrisse no dia 11 negociações acerca da implantação da nova função de caixa e, em seguida, aumentasse em 10% o número de vagas a serem efetivadas de imediato, saiu agora uma proposta para a renegociação de dívidas, pendência que vinha se arrastando desde o fechamento do Acordo Cletivo, em outubro do ano passado.

A proposta da Caixa foi divulgada dia 25 de janeiro, através de nota da Comissão de Negociação da Empresa.

Funcef estima superávit de R\$ 1 bi e quer investir em infra-estrutura

A direção da Fundação dos Economiários Federais (Funcef), o fundo de previdência dos funcionários da Caixa Econômica Federal, será “mais seletiva” na administração da sua carteira de investimentos no mercado imobiliário. Atualmente, a Funcef tem participação em 18 shopping centers no Brasil. “Vamos rever essa participação, reduzindo o número de operações para aumentar a qualidade desses investimentos”, informa o diretor-presidente, Guilherme Narciso de Lacerda.

A rentabilidade dos investimentos imobiliários da Funcef, em 2005, foi de 10,95%, abaixo dos 11,3% da meta atuarial. Em 2004, os ganhos nessa carteira foram de 14,7%, obtidos com uma política de reciclagem, para concentrar a participação em empreendimentos mais lucrativos e garantir mais governança com presença nos grupos de administração direta. Em 2003, a carteira de imóveis rendeu apenas 0,8%, influenciada pela reavaliação dos ativos, o que reduziu a base de R\$ 1,689 bilhão (2002) para R\$ 1,562 bilhão (2003).

Investir no setor de infra-estrutura também é uma das prioridades da Funcef. A diretoria já aprovou a aplicação de R\$ 759,45 milhões em sete fundos. Falta o sinal verde do Conselho Deliberativo. Um dos principais destinos é o Infra-Brasil, que vai absorver R\$ 900 milhões, sendo R\$ 225 milhões da fundação. O retorno esperado é de 12,3% ao ano mais a variação do IGP-M. A instituição financeira gestora é o ABN AMRO. Lacerda informa que US\$ 75 milhões serão financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), operação considerada “inédita”.

O foco do Infra-Brasil será, principalmente, o investimento em gasodutos, terminais portuários, ferrovias e rodovias. Esse fundo de investimento ainda não encerrou suas captações que tiveram limite fixado em US\$ 575 milhões. Mas já pode iniciar suas operações com R\$ 900 milhões. Além da Funcef, participam os fundos de pensão Petros (Petrobras), Banesprev (Banespa) e Valia (Vale do Rio Doce).

Mas Lacerda reconhece que ainda há problemas a resolver nas participações da Funcef. O caso da rede de hotéis Blue Tree é um deles. Em uma disputa judicial, a Fundação pre-

tende exercer seu direito de venda de 20% do capital, avaliados em R\$ 30 milhões. A Funcef também quer, no Judiciário, reaver os hotéis de Brasília, Cabo de Santo Agostinho (PE) e Angra dos Reis (RJ).

Outra fonte de preocupação para os gestores da Funcef é a participação de 9,3% - investimento de R\$ 40 milhões em 1998 - no capital da empresa de energia Cataguazes-Leopoldina.

Lacerda informa que já foi fechado um acordo com o grupo americano Alliant e está “otimista” quanto às negociações com os controladores (família Botelho) com o Fondelec, outro investidor americano.

O objetivo da Funcef é a “reestruturação” dessa sociedade.

A administração dos ativos dos 75 mil participantes da Funcef obteve, em 2005, resultado 7,4 pontos percentuais acima da meta atuarial, segundo balanço apresentado pela entidade. O ganho além do objetivo (variação do INPC mais 6%) deve ficar em R\$ 1,046 bilhão. Esse número é produto da rentabilidade alcançada no ano passado (R\$ 2,875 bilhões) menos R\$ 1,829 bilhão da necessidade atuarial.

Segundo Lacerda, o ano passado foi “histórico” pela aprovação, em 22 de dezembro, do Novo Plano de Benefícios, cuja principal característica é a “contribuição definida” em substituição ao sistema do “benefício definido”. Portanto, o benefício estará vinculado à contribuição, sem compromisso com um determinado pagamento.

A direção da Funcef administra um patrimônio de R\$ 20,9 bilhões. Os titulares são 23,5 mil aposentados e 51,5 mil funcionários ativos. Cerca de 98% são profissionais da Caixa Econômica Federal.

A Funcef tem mais de dois terços do seu patrimônio aplicados em fundos de renda fixa. Em 2005, a entidade comprou R\$ 1,2 bilhão em títulos federais de longo prazo, com vencimento até 2045. Lacerda explica a estratégia dizendo que as taxas são muito atrativas: IPCA mais 9,1% ao ano. O rendimento da carteira da Funcef em renda fixa, no ano passado, foi de 15,9%, abaixo do CDI (19%). Mas a Funcef justifica esse resultado pela estratégia de alongamento da carteira por meio de títulos vinculados à variação de índices de preços.

Presidente da APACEF/RJ escreve carta aos presidentes

Após a polêmica reunião, realizada dia 26 de janeiro, e serenados os ânimos o presidente Olívio Gomes Vieira faz um relato dos problemas que afligem aposentados e pensionistas da Caixa.

“Caros colegas Presidentes,

Após o sucesso que foi a reunião do dia 26 último, sinto-me na obrigação de dirigir-me a vocês não só para agradecer o apoio como também atendendo a posição tirada nesse evento, de que devemos arregaçar as mangas da camisa e ir à luta.

A imprensa tem divulgado as manifestações de rua, que, motivados pelo Dia do Aposentado, se fizeram sentir. Na reunião da Abrapp, onde fui representar o colega Sylvio Lins Nóbrega, homenageado naquela oportunidade pela Funcef, também foram ouvidas vozes de insatisfação com o tratamento que vem sendo dado ao aposentado, toda ocasião em que se faz reajuste de proventos, já acumulando perda de 92,7%. Não se trata de erro ou desonestidade, mas, sim, conseqüência da política econômica, que vem sendo posta em prática há alguns anos. Ninguém em sã consciência admite que estes valores serão repostos e que contemplarão a nós todos. O que queremos, na verdade, é chamar a atenção para o que está acontecendo.

A Fenacef foi representada por Regina Maria da Costa (AEA/GO), uma vez que, no mesmo dia, o presidente Décio de Carvalho, juntamente com colegas da APACEF/RJ e da Unei, encontrava-se em Brasília, no Ministério da Previdência, e no dia seguinte, no Palácio do Planalto cuidando dos interesses do PMPP-1.

Estamos construindo ou já construímos um novo Grupo PMPP-2?

Miremo-nos na situação que nossos colegas enfrentam há quase 30 anos. Se a NS aplicada pelo INSS for a 614, o índice a ser utilizado para aqueles que serão beneficiados é de 95%. Coincidência ou não é o que apresentamos como perda.

O trabalho apresentado no XXVII Simpósio de Maceió, em novembro, e após retoque em alguns pontos, foi a base da demonstração aqui no Rio. José Gabrielense com Jesus Estery (RS) e João Batista Marques Reis (MG) demonstraram com argumentos a diferença de tratamento entre a Funcef e a Previ, ou Centrus.

Com inteligência e tranqüilidade, o assunto foi abordado e Paulo Sérgio, representando o presidente da CEF, Jorge Matoso, e Demóstenes Marques, representando o presidente da Funcef, tentaram explicar as atuações da patrocinadora e da instituidora.

Demóstenes, preso ao raciocínio do Novo Plano, praticamente dele não se afastou. Paulo Sérgio, mais à vontade, falou sobre o mesmo prisma, mas deteve-

se no gatilho de 4%. Explicou que seria a forma de satisfazer o tema que estávamos abordando.

Ficou a impressão que foram pegos de surpresa! Vocês, também, ficariam ao verem o Auditório da CEF com cerca de 400 colegas. Colegas estes, que demonstraram interesse e disposição de mobilização para a luta que ora iniciamos.

A verdade é que o reajuste de janeiro, que a maioria não percebeu em seu contracheque, será mais uma carga negativa e mobilizadora. Deixemos a imaginação de lado e tenhamos a certeza de que esta é a nossa realidade. Com respeito, inteligência e diálogo, exerçamos uma pressão política ou não, mas que nos leve em busca de algum reparo. Sejamos ambiciosos em nossa luta. A Medicina ampliou de certa forma o nosso ciclo de vida — o comércio de alimentação e o farmacêutico embarcaram nesta melhoria e aumentam seus preços (lucros) todos os dias. Como vamos enfrentar estes aumentos diários? Devemos nos conscientizarmos que a defasagem financeira que já começamos a sentir em nossos proventos há algum tempo, ronda a casa de muitos de nossos colegas.

Embora saibamos que muitos pagam o preço de uma vida desorganizada, temos a obrigação de antes de lutarmos para reerguê-la, devemos reestruturá-la de tal forma que possa enfrentar as dificuldades de agora.

A Funcef só será forte se seus assistidos se mantiverem fortes. O que adianta saber que sua contribuição está sendo aplicada em ferrovias, se em sua casa falta comida? Esta é a situação de muitos colegas. Devemos discutir este assunto na Assembléia!

Agradeço, publicamente, a presença de Ademildo (AEA/BA), Ada (AEA/AL), Regina (AEA/GO), Jesus (AEA/RS), João Batista (AEA/MG), Irene (AEA/SP), Pedro (AEA/MG), que se deslocaram até aqui para participar do evento. Achamos que nem tudo foi bem, mas temos a certeza que uma nova bandeira foi hasteada. Pensemos nisto e, certamente, encontraremos o caminho para ultrapassar todo e qualquer obstáculo que se apresente a nossa frente.

*Olívio Gomes Vieira
Presidente da APACEF/RJ*

O futuro é agora

Sempre que ouvimos a palavra “Futuro” logo pensamos em tempos ainda não vindos e não vividos, em algo que ainda está por acontecer. No dicionário: “O que há de vir; o que há de ser; destino”.

Ora, estes conceitos levam-nos a crer que já exista algo preparado, arrumadinho, nos esperando. E assim, o futuro nunca chega, porque estamos todo dia batalhando o presente. Estamos todo dia vivendo a espera deste futuro arrumadinho. Esquecemo-nos de que quem arruma este futuro somos nós mesmos com nossas atitudes e decisões no presente.

Quando na ativa, acreditamos que apenas pagando as contribuições em dia estaremos assegurando nosso belo futuro e o da nossa família. Ignoramos as políticas e leis que comandam e regem estas contribuições, fingindo não saber que elas são passíveis de mudanças, sem prévia consulta. O governo determina e lá se vão nossos sonhos, crenças e planos. E, pode ser que a culpa pelo não feito surja. Então, ouvimos de alguns: “É o destino.”

Mas, o destino a nós pertence. É no agora que começamos a base do que construiremos e desfrutaremos. Precisamos, urgentemente,

ter a consciência de que os responsáveis por uma má política salarial nas aposentadorias e pensões somos nós mesmos, trabalhadores que, quando na ativa, não nos preocupamos em fazer daquele presente o alicerce para o que estaria por vir. Não participamos dos processos decisórios, seja fiscalizando, opinando, debatendo, propondo, representando a classe ou apoiando representantes respeitáveis, enfim, colaborando de qualquer forma com a construção do que chamamos de futuro.

Por tudo isto é que lembramos: O futuro é agora! A APACEF/RJ

está propondo um trabalho sério, a nível nacional, para que os funcionários, aposentados e pensionistas da Caixa sejam realmente os responsáveis e construtores de um tempo, onde usufruir de seus méritos seja uma certeza. Aposentados e pensionistas ainda têm como compensar o tempo das ilusões. Ativos têm como participar das decisões que garantirão seu futuro. Agora!

Maria Cristina de Carvalho Saraiva

Psicóloga, especialista em Psicossomática e Artista Plástica